

# JUVENTUDE DO ARAGUAIA E AS MEMÓRIAS DA GUERRILHA: marcas do tempo na geração 68.

César Alessandro Sagrillo<sup>1</sup>

**RESUMO:** A ditadura civil-militar brasileira foi um dos momentos mais deletérios da história política do Brasil, principalmente, pelas severas sequelas causadas pelo arbítrio do regime militar. O movimento estudantil foi umas das parcelas mais sentidas desse processo ditatorial, justamente pela alta carga repressiva que se abatera nessa seara, assim sendo buscamos como objetivo principal examinar o impacto da ditadura civil-militar para a geração estudantil que foi para a Guerrilha do Araguaia. Do ponto de vista metodológico, tratar-se-á de um trabalho qualitativo visando a reconstrução histórica e revisão bibliográfica. Como resultado de pesquisa compreendemos que a ditadura militar fora responsável por uma repressão desmedida à juventude politizada até a tentativa de aniquilá-la, via desaparecimento político.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ditadura militar, Guerrilha do Araguaia, juventude, movimento estudantil; crimes do Estado

**ABSTRACT:** The Brazilian civil-military dictatorship was one of the most deleterious moments in the political history of Brazil, mainly due to the severe sequelae caused by the arbitrary military regime. The student movement was one of the most felt portions of this dictatorial process, precisely because of the high repressive burden that had fallen on this area, so our main objective was to examine the impact of the civil-military dictatorship on the student generation that went to the Araguaia Guerrilla. From the methodological point of view, it will be a qualitative work aiming at historical reconstruction and bibliographical revision. As a result of our research,

we realized that the military dictatorship had been responsible for unreasonable repression of politicized youth until its attempt to annihilate it via political disappearance.

**KEYWORDS:** Military dictatorship, Araguaia guerrilla, youth, student movement; state crime

## 1. INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira foi um processo extremamente longo e com severos traumas para a política do Brasil, pois perdeu durante 21 anos (1964-1985), legando ao país graves prejuízos aos direitos humanos, à educação e à cultura. Obviamente que os seus efeitos deletérios foram gravíssimos e perpassam uma área bem mais ampla do que essas searas enquadradas, mas para o recorte desse artigo pretendemos trabalhar com esse painel, na medida que possuímos como objetivo principal examinar o impacto da ditadura civil-militar para a geração estudantil que foi para a Guerrilha do Araguaia. Para tanto, primeiramente, evidenciamos as motivações que impeliram a ida dessa geração ao campo, a fim de lutar contra o regime militar.

Para compreendermos esse processo, precisamos ter em tela que a maioria dos jovens que foram para a luta armada eram egressos do meio estudantil, principalmente universitário e tiveram que ir para a Guerrilha após a completa asfixia das suas lutas nas cidades, em face de uma ditadura extremamente cruel. Assim sendo, para a consecução desse artigo trabalharemos sob os seguintes enfoques: 1) o processo de estrangulamento das lutas estudantis e o aumento da repressão nas cidades; 2) a construção da opção da luta no

campo pelo PCdoB, como estratégia política de romper com a ditadura militar; e, 3) o destino inconcluso da geração 68 que foi para a guerrilha.

Portanto, este artigo irá trilhar os anos imediatos ao Golpe militar até a completa aniquilação da guerrilha, perfazendo os anos de 1964 a 1975. Ainda, pretendemos enquadrar nesse artigo focando a geração 68, melhor dito, a geração de jovens e estudantes que tiveram mobilização ativa na cena estudantil do mitificado ano de 68 (VENTURA, 1988) Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, pois visa um diálogo da reconstrução histórica em que trabalharemos com uma revisão bibliográfica referente aos elementos mais significativos e que busquem responder ao objetivo proposto, buscando, assim, analisar o período estudado e, principalmente, o destino desses guerrilheiros do Araguaia.

## 2. OS ANOS REBELDES (1964-1968): O SONHO DE UMA GERAÇÃO

Para compreender a ditadura civil-militar brasileira, primeiramente, devemos ter em mente que objetivamente ele teve o seu início em 31 de março de 1964; porém, devemos ter a clareza que a sua gestação se deu bem antes, uma vez que o processo de ruptura institucional do golpe já vinha sendo elaborado pelo alto comando da corporação militar, em conluio com a elite econômica nacional. Ainda, o seu processo fora gestado pari passu com a anuência dos Estados Unidos através do seu serviço internacional, visto que não queriam correr o risco do Brasil sair da sua alçada e vir a migrar para um polo oponente com viés socialista.

Melhor explicando a dinâmica do período, vivíamos no início dos anos 60 o governo do Presidente João Goulart, que era na origem vice de Jânio Quadro e que assumira a presidência por vacância, em virtude que Jânio renunciou ao cargo. Ocorre que Goulart era um político progressista, embora sendo um pró-fero latifundiário do Sul do Brasil, mas o que depunha contra Goulart era que ele pertencia a plêiade de políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No tocante a caracterização política do PTB, podemos inferir que era um partido com nítido viés progressista e nacionalista, fato este que ia de encontro aos ditames da elite política nacional e, principalmente, contrário a política dos Estados Unidos para América Latina.

Goulart pretendia fazer amplas reformas

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Políticas (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: cesarpolitika@gmail.com.

para o país, especialmente a partir do advento das suas Reformas de Base: programa político altamente emancipador, progressistas e que tinha inúmeras reformas, tanto na política quanto no campo. Mas, o que mais dava receio para elite política era justamente o campo em face do tema da reforma agrária. Obviamente que tal discussão deveria ser completamente sustentada, sendo, portanto, amplamente endossado a deposição de Goulart, inclusive financeiramente apoiado pela elite nacional. As forças armadas, por conseguinte, eram o componente de força ostensiva que faltava para romper com o status quo e alijar da presidência da república um político legalmente eleito, colocando no cargo imediatamente a sua deposição o General/Ditador Humberto Alencar Castelo Branco.

A partir da posse de Castelo Branco passou a ser editado inúmeros Atos Institucionais, vindo a configurar mudanças abruptas na cena política nacional, pois visavam prioritariamente eliminar possíveis opositores, assim como funcionários públicos identificados com a plêiade do trabalhismo. No rol desses expurgos sobravam igualmente para a Universidade, na medida que os professores eram demitidos e os alunos precisavam já no imediato ao Golpe terem que se exilar politicamente. Quanto a esses atos institucionais, temos como um dos mais marcantes o AI-2 de 1966, que visava desmanchar com a moldura partidária do período anterior a 1964 e colocar na ilegalidade os antigos partidos: a partir de 1966 somente dois partidos poderiam funcionar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava o governo ditatorial (KINZO, 1988).

Quanto ao período seguinte manteve a continuidade de expurgos na universidade, perseguição aos estudantes e as lideranças estudantis, bem como houve uma sanha desmedida da censura aos movimentos culturais. Contudo, os estudantes continuaram a se mobilizar e vindo a se tornar nos anos 60 os maiores protagonistas no cenário políticos, justamente em virtude da sua capilaridade política, capacidade de mobilização nacional e, principalmente, pela força da juventude que emergia com destemor na luta contra a ditadura militar. Tornaram-se famosos os diversos congressos estudantis do período, especialmente, os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), que embora sob severa vigilância e repressão se mantiveram atuantes, tentando dar um rumo à política no Brasil.

O movimento estudantil sofria os reflexos de toda essa conjuntura adversa que se abatera no país, exatamente por sua força se transformou num dos protagonistas principais na luta contra a ditadura, consequentemente, tornava-se o polo mais visado pela repressão. Destacamos, também, que essa juventude estudantil politizada operacionalizava em nível partidário, tornando-se farta as discussões político-partidário do campo da esquerda na seara estudantil. Neste segmento havia o Partido Comunista Brasileiro, como o partido mais hegemônico do período; porém, muito desgastado pelo fato que vinha ocorrendo grande discussões acerca das suas posições políticas, uma vez que o PCB era adepto da transição pacífica para o socialismo e contra a perspectiva de luta armada.

Tal encaminhamento político pelo PCB proporcionava uma série de seções, justamente pela desvinculação dessa geração que estava a disposta a pegar em armas e, consequentemente, não apoiando fazer o jogo político dentro das regras impostas pela ditadura militar. Registramos que o PCB apoiava o MDB, desde o seu nascedouro, sendo fiador, portanto, deste partido nos sucessivos pleitos eleitorais que ocorreram após 1966. Ainda, destacamos a emergência de outros partidos e organizações de esquerda no período, por exemplo, o PCdoB, que após 1962 buscou a sua refundação<sup>2</sup>, em face cisão dos comunistas brasileiros. Também, havia a criação de outras organizações como a Organização Revolucionária Política Operária (POLOP), em 1961; e, a Ação Popular, em 1962. Esta última com grande protagonismo no movimento estudantil, vindo a ganhar a direção de todos os congressos da UNE nos anos 60 (GRENDE, 1987).

Todas essas organizações darão o tônus político e as diretrizes para as organizações estudantis virem a se articular, a fim de buscar, mediante as suas políticas estudantis específicas e regionais, uma linha nacional que englobasse o momento político brasileiro. Como o PCB era fiador do processo pacífico, acabava, por conseguinte, vir a perder o lastro com o movimento estudantil, uma vez que as organizações estudantis não acreditavam no processo de transição para a democracia impulsionado sob o tacão da ditadura militar. Pois, nesse período existia dois modelos de luta que buscavam alguma saída alternativa via emancipação revolucionária, quais sejam: 1) o modelo cubano, como exemplo do processo de revolucionário via insurreição foquista, propagandeada a partir do advento de sucesso

da Revolução Cubana em 1961; e, 2) o modelo maoísta, que tinha como exemplo o processo de libertação nacional da China comunista, que visava um processo revolucionário do campo para a cidade.

Tais modelos se transformaram em verdadeira catarse coletiva da geração que queria libertar o país das garras de uma repressão ditatorial feroz, visando, assim, levar o país para o socialismo via insurreição armada. Podemos dizer que o PCB sofreu um duro golpe com esses modelos revolucionários, vindo as suas sessões regionais a se fragmentarem e optarem, principalmente o setor estudantil, pela luta armada. Fora o que se convencionou chamar de Dissidências do PCB (DI). Entre as dissidências mais destacadas no período tivemos a dissidência de São Paulo (DI/SP), que venho a dar origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Dissidência da Guanabara (DI/GB), dando origem ao MR-8 (IDEM, 1987).

Quanto a recepção do modelo maoísta foi próspera no PCdoB e na AP, pois a partir de meados dos anos 60 tiveram uma grande aproximação com a China comunista, vindo este país a apoiar logisticamente essas organizações, inclusive com treinamento e formação de quadros. Neste cenário tão adverso, portanto, os caminhos democráticos tinham sido totalmente soterrados e as eleições, dentro dos ditames impostos pela ditadura, apenas um jogo de cartas marcadas. Logo, para a geração dos anos 60 que se radicalizou através da luta contra a ditadura militar, a opção armada eram um caminho natural a ser trilhado, haja vista que a ditadura militar não dava brechas legais para nenhuma articulação política e tampouco que pudesse existir qualquer tipo de mobilização legal.

A partir deste cenário foram prósperas as manifestações estudantis, vindo a tornar-se verdadeiras manifestações de massas com as passeatas contra o governo ditatorial. Registramos que as manifestações começaram tão logo fora instituído a ditadura, sendo que num primeiro momento ainda carecendo de força e vigor, justamente em face dos expurgos da universidade. Porém, tão logo houve uma renovação dos quadros do movimento estudantil, consequentemente, afluíram uma nova geração disposta a lutar intransigentemente contra a ditadura militar. Destacamos nesse processo o que se convencionou chamar de geração 68, exatamente pela carga de mobilização empregada e pela quantidade de manifestações galvanizadas nesse mitificado ano de 1968.

Esse ano torna-se marcante justamente

<sup>2</sup> Em virtude do cenário político nacional e internacional fomentaram a cisão da seara dos comunistas nos anos 50 no Brasil, vindo no início dos anos 60 a se configurar a cisão definitiva. A sessão majoritária do Comitê Central veio a buscar legalização partidária com o nome de Partido Comunista Brasileiro, mas a sessão minoritária não aceitando tal deliberação refundou o Partido Comunista do Brasil, nome original da agremiação partidária. Para maiores informações ver in.: FIGUEIREDO, C. A. S. O Impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.



pelo número de manifestações que ocorria no Brasil, assim como no mundo todo, sendo o advento mais famoso o maio de 68 em Paris. Ou seja, 1968 foi um ano de inúmeras manifestações internacionais e nacionais, capitaneados, principalmente, pela juventude estudantil politizada e que possuía como objetivo principal romper com o status quo vigente, visando pensar num outro mundo possível - para além dos marcos do capitalismo burguês. Portanto, o Brasil se inseria nessa perspectiva de transformação revolucionária da juventude e sendo o movimento estudantil o personagem com mais vigor desse cenário.

Podemos dizer que o epicentro do movimento 68 foi o 30º Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna. Como a UNE estava prescrita pela ditadura militar, portanto, esse congresso precisou ser realizado de maneira clandestina; porém, realizar um congresso clandestino com centenas de estudantes numa feroz ditadura era algo extremamente temerário. Assim, mesmo com severas normas de segurança e visando uma clandestinidade máxima para a consecução do evento, o congresso foi detectada pela polícia política. Como resultado todas as lideranças foram presas, fichadas na polícia e passaram a sofrerem perseguições pela implacável ditadura. Quanto as principais lideranças que já tinham sido fichados em manifestações anteriores, amargaram alguns anos no cárcere, não conseguindo a sua liberdade com facilidade (VENTURA, 1988).

A fim de fechar o ano de 1968 e amainar o impacto rebelde, a ditadura editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro: legislação imposto pelo regime que imputava que qualquer pessoal poderia ser presa sem poder contar com habeas corpus, bem como todos poderiam ser suspeito e ficar sob a custódia do Estado, a fim de responder criminalmente por qualquer ação que a ditadura lhes impusesse. Dito de outra maneira, era o momento que a ditadura começava a se mostrar no seu grau máximo e que fazia do instrumento da tortura a sua forma de extrair confissão. Desta forma, a partir do AI-5 a ditadura institucionalizou legalmente a tortura e o assassinato dos seus opositores como armas políticas, com o intuito de alijar seus oponentes do cenário políticos, não sobrando, conseqüentemente, nenhuma brecha para a oposição construir alternativas políticas.

### 3. O ARAGUAIA COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E RESISTÊNCIA (1969-1975).

Com o advento do AI-5 ficou ex-

tremamente complicado para as lideranças estudantis se manterem nas cidades, principalmente, pelo fato que estavam os seus principais dirigentes fichados na polícia em virtude do Congresso de Ibiúna. Como estratégias de manterem-se atuantes e vivos, tiveram que partir para a clandestinidade, haja vista que a ditadura começava a caçar implacavelmente a juventude politizada estudantil. Ainda, devemos registrar que no início de 1969 o governo instituiu um decreto expulsando as principais lideranças estudantis da universidade - realmente o sinal tinha fechado completamente e única opção que vislumbravam nesse cenário tão adverso era a luta armada.

Nesta conjuntura o PCdoB já vinha construindo estratégias a fim de fugir da asfixia que tinha se transformavam os grandes centros do Brasil, locais visados em que as forças armadas em conjunto com a polícia política caçavam com fúria implacável os seus oponentes. Em meados dos anos 60, o PCdoB começou a procurar uma área estratégica que viesse ao encontro dos seus programas político partidário com viés maoísta, ou seja, procuravam uma área no campo que pudesse servir como cenário para uma luta popular e prolongada, com vista a fomentar um território de insurreição do campo para a cidade, vindo, portanto, cercar as cidades através de um exército revolucionário (CAMPOS FILHO, 2010).

Grosso modo, em virtude da situação extremamente adversa que se encontrava a juventude universitária, começou a ocorrer naturalmente o seu recrutamento e encaminhamento para a região estratégica. O local escolhido foi entre o Sul do estado do Pará e o Norte do estado de Goiás, atual estado do Tocantins, nas margens do rio Araguaia. Essa região fora a região escolhida por ser um local de difícil acesso e quase que perdido no meio do Brasil profundo. Ainda, por ser uma região de difícil descoberta, tornava-se, por conseguinte, um refúgio quase que natural para a juventude estudantil que estava sendo caçada nas grandes cidades. Desta forma, a região se transformou no local ideal, tanto em face da estratégia política quanto em virtude da manutenção da clandestinidade imposta pela ditadura aos estudantes (PORTELA, 1980).

Registramos que já havia militantes do PCdoB vivendo as margens do rio Araguaia desde meados dos anos 60, mas o grosso da militância que afluíu para a região foi, justamente, em virtude do AI-5. Assim, a partir de 1969 diversos militantes comunistas vieram a se alojar nas margens do rio Araguaia, vindo a constituir roças para a sua subsistência e a sua manutenção. Como diretriz política seguiam as rígidas orientações do comando político-mili-

tar e possuíam várias instruções: 1) viver como camponês; 2) buscar a integração com a comunidade; e, 3) construir elos de apoio, de modo que quando houvesse o desencadeamento da guerrilha, tivessem apoio entre os moradores da região e conseguissem formar um exército revolucionário.

Quanto a juventude estudantil que foi para o Araguaia, muitos passaram a exercer as profissões de origem, além da lida camponesa. Desse modo, quem estava estudando para ser professor, na região realizou atividades de magistério; assim como quem era médico, ajudou em partos e atendimentos de doenças da população; e, como quem era engenheiro agrônomo, voltava os seus estudos para realizarem atividades para o melhoramento da cultura agrícola da população. Justamente por esses fatos a presença dos estudantes foram extremamente marcantes junto a população da região, pois essa população vivia numa situação extremamente carente e necessitada, fato este que tornava o auxílio dos guerrilheiros um suporte muito efetivo para as suas vidas.

Em síntese, o auxílio dos militantes do PCdoB chegava justamente onde as forças do Estado não tinham nenhuma intenção de ajudar, dando apoio, alfabetizando, curando doenças e sendo árbitro em questões acerca do trato da terra. Torna-se relevante, ainda, evidenciar que essa zona do Araguaia era região constante de grilagem de terras, tornando-se, por conseguinte, um local com muito conflito em face da disputa das terras. Portanto, os auxílios dos militantes do PCdoB eram totalmente providenciais numa área tão carente e esquecida intencionalmente pelo Estado - era um Brasil profundo e perdido.

Podemos dizer que os militantes do PCdoB conseguiram viver num clima excelente com a população local até abril de 1972, momento em que foram detectadas pelas forças militares. A ditadura já vinha fazendo a cobertura da região desde o ano de 1971, com vistas a caçar possíveis opositores do regime que se encontrava na região, a partir de pistas extraídas sob tortura dos presos políticos no eixo Rio/SP. Houve, primeiramente, a denominada Operação Mesopotâmia, que venho a desmobilizar e prender os militantes da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), que pretendia construir bases guerrilheiras na região de Goiás e Maranhão (CHA-CEL, 2012). A partir dessas pistas, a região foi alvo de constantes investigações e no ano de 1972 chegaram até a região do Araguaia, vindo a ocorrer com busca implacável aos militantes comunistas.

As forças da repressão chegaram em 21 de abril de 1972. Segundo seus militan-

tes, eles não estavam esperando a chegada do exercício e tampouco preparados para pegar em armas, pois ainda estavam organizando o terreno, bem como buscavam formar politicamente os moradores da região, que ainda estavam muito incipientes. Portanto, o que venho a ocorrer foi uma grande caçada a partir da descoberta da região, com ferocidade e num jogo de força extremamente desigual, uma vez que foram milhares de militares contra apenas mais de 60 militantes comunistas, sendo este na sua maioria egressos do movimento estudantil. Conforme enunciado, foi uma verdadeira caçada, uma vez que a ditadura além de possuir uma força numericamente superior ainda dispunha de farto armamento; sendo que, da parte dos comunistas, estes dispunham de um quantitativo ínfimo de armas, muitas delas fabricados pelos próprios militantes.

Embora a ditadura chegou na região disposta a liquidar com PCdoB; porém, eles não contavam com a adversidade da própria região e tampouco com o apoio da população aos militantes comunistas. Quanto a região ela se tornou um imbróglío à parte para os militares, pois muitos não tinham a menor habilidade para deslocamento na mata, bem como não estavam acostumados com o clima da região e a temporada de chuvas – fato este que contava como ponto positivo para os militantes, pois já estavam acostumados com as adversidades naturais da região. Ainda, população, num primeiro momento, deu amparo para os militantes comunistas, dando apoio e escondendo-os da força repressiva quando necessário, justamente pelo excelente trabalho que os comunistas tinham feito como professores, médicos, enfermeiros, etc.

A fim de sustar o apoio da população as forças militares tentaram, primeiramente, denunciar que os comunistas eram terroristas e que queriam a destruição do país; no entanto, não tendo o resultado esperado, haja vista que as imagens dos guerrilheiros eram de pessoas extremamente boas e que ajudavam a população. Como essa estratégia não surtira resultado, sobrava, portanto, apenas a força para os militares. Desta forma, com o intuito de seccionar definitivamente a ligação da população com os militantes comunistas prenderam praticamente toda a população masculina da cidade de Xambioá/TO, cidade considerada o coração da guerrilha. As forças militares tinham a pretensão de através do uso da força e da tortura impedir a população de auxiliar aos guerrilheiros e, principalmente, coagir através do medo qualquer manifestação de apreço aos comunistas.

Também, estrategicamente começavam a contratar mateiros para adentrar na

mata com o intuito de caçar os guerrilheiros, pois as forças militares não conseguiam ter o reconhecimento da região, bem como não sabia se deslocar e identificar pistas que pudessem levar aos guerrilheiros escondidos na mata. A ação militar foi regular e com força ao longo do ano de 1972 e tendo um desfecho maior no final do ano de 1973, momento em que conseguiu detectar o local onde haveria uma reunião do comando militar, ocorrendo uma emboscada com dezenas de mortes. Após o ano de 1974 sobraram poucos guerrilheiros dispersos e que buscavam sobreviver a duras penas da caçada implacável do exército – sobrava pouco lócus para luta, pois a população da região fora rendida pela força dos militares e não poderiam ajudar os militantes comunistas (PORTELA; CAMPOS FILHOS, 2010).

De acordo com os próprios sobreviventes a Guerrilha do Araguaia foi uma epopeia de luta extremamente cruel, desumana e injusta, com as forças militares extremamente superiores e promovendo uma caçada implacável. Ainda, as forças da guerrilha não estavam amadurecidas para sofrerem tamanho revés com a descoberta das suas bases em 1972, assim como não tinham o anteparo necessário da população da região para sustentar o conflito. Ou seja, guerrilha eclodira antes do programado, motivo este que desferiu um revés tão grande para os comunistas. Como resultado de todo o processo ocorreu dezenas de morte, vindo a configurar as suas vítimas como desaparecidos políticos.

No tocante a ação do Estado contra a região insuflada, os militares tiveram a seguinte política: 1) numa primeira investida, prenderam os guerrilheiros, torturam e levaram presos para Brasília; porém, 2) após o sucesso relativo da Guerrilha, desferiam como senha que as forças militares dispusessem de maior empenho para combater a insurreição e que todos guerrilheiros presos deveriam ser executados, tendo os seus corpos ocultados. Tal estratégia tinha como foco principal que o advento da guerrilha não fosse ventilado nos grandes centros, a fim de não ter reflexos e, principalmente, que não devesse servir de exemplo para nenhum grupo visar efetivar nenhuma tentativa de guerrilha: a Guerrilha do Araguaia não deveria figurar na história.

Justamente por esse motivo, os maiores quantitativos de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar estão contabilizados como militantes do PCdoB e são da região do conflito da Guerrilha do Araguaia. Pouco militantes sobreviveram, apenas os que foram presos na primeira emboscada no início do ano de 1972. Os sobreviventes, após serem muito torturados, foram condenados por

outras atividades contra o regime militar, por exemplo, basicamente militância estudantil ou com conexão ainda de ter participado da UNE, mas não havendo nenhum indicativo acerca da Guerrilha do Araguaia. Portanto, para os militares a Guerrilha do Araguaia era uma página que devia ser arrancada da história do Brasil, portanto, nunca ser lembrada e sumariamente esquecida.

Podemos dizer que a operação na área da Guerrilha vai até o ano de 1974, quando em outubro a última sobrevivente da Guerrilha foi presa, torturada, assassinada e teve o seu corpo desaparecido. Mesmo tendo a última sobrevivente assassinada em 1974, extraoficialmente ainda as operações vão até o ano de 1975, momento em que as forças militares procuravam fazer os últimos trabalhos de limpeza, triagem e checagem da região para ver o que restou de apoio, igualmente promovendo o serviço final para o ocultar os corpos dos guerrilheiros assassinados. Conforme sabido, até os dias de hoje os familiares buscam os corpos dos seus parentes assassinados no Araguaia sem sucesso, mesmo com o todos o trabalho das Comissões Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a partir da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Embora com todas as mortes, a ditadura não estava satisfeita com o desfecho da Guerrilha do Araguaia, mesmo tendo exterminado o foco guerrilheiro, uma vez que era preciso definitivamente aniquilar o Comitê Central (CC) do PCdoB, ou seja, o cérebro que tinha operado e executado politicamente a guerrilha. Para tanto começaram uma caçada na cidade com o intuito de cercar o CC e aniquilá-lo. No final do ano de 1976 a polícia política detecta que o CC iria fazer uma reunião com o intuito de realizar um balanço da linha política do PCdoB, bem como dos acontecimentos da Guerrilha. Após o fim da reunião conseguiram prender o CC do PCdoB, assim como assassinar alguns dirigentes do PCdoB que estivera na região do conflito, vindo a configurar a denominada Chacina da Lapa. Em síntese, com a prisão e morte do CC o capítulo final da Guerrilha tinha definitivamente chegado ao fim para a ditadura civil-militar (SOUZA, 2006).

#### 4. CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS: GUERRILHA DO ARAGUAIA UMA PÁGINA ABERTA

Ao trabalharmos sobre Guerrilha do Araguaia ficamos com muitas páginas sem respostas, mas a principal são as perguntas dos familiares: onde vocês enterram meus parentes? Se a ditadura tinha a crueldade de esconder via ocultação de cadáver os que ti-

nham tombado na região do Araguaia; porém, reascendem o clamor coletivo das famílias que não esqueceram dos seus parentes que foram assassinados pelas forças armadas, uma vez que essas pessoas existiram, tiveram relações afetivas e uma história de vida em comum. O fato de lembrar, primeiramente, pressupõe reafirmar a necessidade de haver justiça e que as forças armadas devem, visando reparação política, entregar os relatórios da expedição do Araguaia, indicando os lugares em que foram enterrados seus familiares.

Além dos familiares, que de forma alguma esquecem e lutam intransigentemente para adquirir informações dos seus parentes, igualmente os moradores da região não esquecem aqueles jovens provenientes de grandes centros do país. Pois, os momentos vividos juntos foram de grande importância para as suas vidas, justamente pelo trabalho que efetivaram junto a população mais carente, que tanto precisavam de ajuda e não dispunham do amparo do Estado. São muitos os personagens lembrados na região, por exemplo, o nome do médico gaúcho e ex líder estudantil

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, João Carlos Haas Sobrinho, sendo chamado na região por doutor Juca. Fora responsável por salvar muitas vidas em virtude das enfermidades das doenças da região. Também é muito lembrado o nome da baiana Dinalva Oliveira Teixeira, que era geóloga e na região auxiliava como alfabetizadora e parteira, chamada por todos por Dina e tida como excelente atiradora – temida ao extremo pelos militares.

Ainda, conforme indicado no texto a maioria dos militantes comunistas eram jovens, estudantes universitárias que foram expulsos da universidade. Destacamos entre os personagens Helenira Rezende Nazaré, estudante de letras da USP, dirigente estudantil e eleita vice-Presidente da UNE no Congresso de Ibiúna. Justamente em virtude do AI-5, Helenira entra para a clandestinidade e vai para o Araguaia, sendo assassinada em combate e figurando como desaparecida política. Portanto, podemos afirmar que Helenira era a síntese da opressão ditatorial que se abatia contra a juventude estudantil que lutava contra o regime militar, pois era da direção máxima da

entidade estudantil e que não conseguia ter meios para agir politicamente em liberdade, precisando, assim, vir para o Araguaia para salvaguardar a sua integridade física (RIBEIRO, 2007).

Além desses militantes perfilados que registraram com heroísmo o seu nome na Guerrilha do Araguaia, ainda houve outras várias dezenas de mortes e desaparecidos políticos, tantos de militantes do PCdoB quanto de camponeses. Nos anos 2000 com a institucionalização da CNV houve esperança para os familiares que haveria um processo de reparação e que os seus corpos fossem apresentados para família; porém, por mais esforços que tiveram a Comissão as esperanças foram infrutíferas, justamente pelo silêncio dos militares. Desta forma, consideramos a Guerrilha do Araguaia como uma página inconclusa para as vítimas, neste caso especialmente aos familiares, que ainda choram a morte dos filhos e dos irmãos, repetindo a seguinte frase que não se calará nunca: falta alguém no porta-retrato da nossa família.

#### BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. 1966-1974 – Guerrilha do Araguaia, a história que não acabou. In.: Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. Org.: RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.
- CHACEL, Cristina. Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. O Impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- KINZO, Maria. Dalva. Gil. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988
- PÓRTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas no Brasil. São Paulo: Global, 1980.
- RIBEIRO, Bruno. Helenira Rezende, a guerrilheira do Araguaia. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, Deusa Maria de. Caminhos Cruzados: Trajetória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia. Dissertação de Mestrado em história. UNISINOS, 2006.
- VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 15.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

